

Nordeste e Constituinte

JOSE DE JESUS MORAES REGO

Seriam muitas as lições da seca, imensuráveis para quem conhece o fenômeno nordestino.

Apenas destacamos que a presença da Sudene e do Ministério do Interior foram constantes. Basta que se veja os relatórios da última, período 1979-1984, de mais de quatro anos longos e prejudiciais. Que lição tirada? A preparação para a seca é uma realidade que deve ser continuada, vindo as conquistas, pois a melhor safra delineada para o corrente ano mostrará um crescimento da agricultura sem dúvida apoiada naquela ação anti-seca, constante porque prioridade zero, no dizer de um pioneiro ex-dirigente da Sudene, já falecido. Todavia não nos deixemos levar pela sorte de estarmos sem seca, quando o importante é a continuidade de certas obras preventivas e definitivas.

Mas que obras foram projetadas e continuadas? Houve uma época de euforia quanto a transposição das águas do rio São Francisco. Em colocação que fizemos, na época, quando ouviamos exposição de como seria e as vantagens, levantamos o problema da cobra de terras onde passariam infra-estrutura e canais, não raro podendo aumentar o latifúndio ou das parcelas serem afastadas os habitantes, num avassalador meio de ocupação ou num ajustamento de compra duvidoso, se não houvesse um processo desapropriatório ou um esforço de conservação dos pequenos proprietários ou ocupantes nas áreas, pelo governo federal.

Existem estatísticas demais, novos e velhos, pois o Nordeste foi muito estudado, com números válidos e precisos, úteis para qualquer ação: planejamento, setorialização, obras, todos setores da economia. Como abonador está o planejamento da Sudene, o órgão que mais avaliou uma região no País, sem dúvida. Fato não muito considerado, sem importância, pois historicamente outra região muito conseguiu sem esse esforço avaliativo. Onde as avaliações constantes e orientadoras, de forma nacional, dos PNDs?

Os exemplos de estudos exaustivos seriam enormes e redundantes para o Nordeste. Dizem sempre estudiosos que faltando mais vontade de fazer sem esforço maior de se combater um colonialismo interno. Ele existe e está mais forte dizem outros.

Por outro lado, os números estão em muitos lugares, tais como: Planos Diretores e Programas Anuais de Trabalho da Sudene; no livro "Nordeste", da Câmara dos Deputados (Comissão do Interior); nos Anais do Simpósio Novos Rumos para o Desenvolvimento do Nordeste, feito pela Comissão do Interior da Câmara dos Deputados, em 1984; nos estudos sobre contagens regionais e na publicação Indicadores Sociais do Nordeste,

elaborados pela Sudene; na Pesquisa Sudene Bird, do período 1972/76, para determinação do tamanho econômico da propriedade rural do Nordeste; não o último e nem menos importante está o depoimento no Relatório do Simpósio sobre o Desenvolvimento do Nordeste, de 1979, onde sugestões em número de 28 se mostram válidas. Um elenco simples e humilde de dados, de interpretações de pronunciamientos diversos, de sugestões melhores ou aplicáveis ou não, que não esgota o tema levantando dando uma interrogação; e as avaliações que a Sudene fez dentro o planejado, o executado, os recursos e os benefícios gerados? Muitas, outrora, reservadas...

No trabalho da Câmara dos Deputados, Comissão do Interior, "Papel e Desempenho da Sudene no Processo de Desenvolvimento do Nordeste", comentava-se a Constituição de 1946 e pedia-se o retorno para valorizar-se o Nordeste do artigo 198. Ora, hoje, orçamentariamente o Nordeste, a nosso ver, deve apenas pedir igualdade de distribuição do bolo orçamentário de todas as fontes. Pelo menos numa proporção populacional menos que técnica e mais regionalizada. Não obstante os 3% da renda tributária da União poderiam existir para aplicação permanente em obras contra as secas. Conservando-se todo o conteúdo do artigo, pois havia a participação dos Estados, sempre se dando ênfase a continuidade anual de infra-estrutura, ajustando-se percentual maior e programação federal e estadual.

O receio da democracia ser desviada para caminhos diversos é historicamente longo e constante. Haja vista a "Política" de Aristóteles. Por outro lado, o apoio dos partidos e dos políticos é tanto mais importante para a política, quanto o conteúdo e a afirmação prática que tiverem.

A prática política — que caracteriza a própria vida dos políticos — em que a busca do poder seria a tônica, há que se considerar o povo, mais que o poder, ou se identificando esta conquista como ideal de luta, tendo o povo como base, ou mesmo vendo a interação poder-povo. Entretanto para se chegar a um grau de validade crescente da ação política, da presença dos políticos respondendo aos anseios do povo, a validade da participação depende da forma e dos meios que defenderem o povo e suas aspirações.

No caso nordestino — caracterizando-se a região de pequena força política, especialmente ao comparando-se com São Paulo e sua forte participação também na área federal — somente através de alguns aspectos, que devem ser permanentes, chegará o povo nordestino a ser melhor beneficiado pela ação política. Assim, tem-se de valorizar o esforço de união dos

políticos em defesa de bons nomes para assumirem posições federais e estaduais; tem-se de lutar pela proporcionalidade em orçamentos e em funções em Ministérios e órgãos públicos; tem-se de fazer uma união entre os técnicos nordestinos — se unirem e se apoiarem, bem como em destaque a seus organismos para o Nordeste — e entre políticos e técnicos. Essas três posições se contempladas em função do povo e da região, sem dissentimentos, levariam a conquistas mais importantes, com pessoal capaz, que redundariam em benefícios para a região. Em síntese, a força política, pequena que seja, de agora, poderia evitar o agravante do colonialismo interno, político e econômico.

A interação do Nordeste com a seca, os números, a política e políticos, leva-nos a vê-los da seguinte forma: a seca, como integrante de preocupação maior na Constituinte, numa linha de atividade permanente contra a mesma, sem paragem e sem trégua; os números serviriam para melhor balizar o que decorrer em legislação e programas como consequência da Constituinte; política e políticos, para que pelos segundos, haja um comportamento a melhorar depois da Constituinte, numa linha de interesse permanente pela região.

Por outro lado, no tocante ao dispositivo para o Nordeste da Constituição de 1946 — artigo 198 — que será insignificante se somente este percentual — 3% — dedicado ao combate à seca, sim válido se não impedir o volume orçamentário anual que já recebe o Nordeste. O caráter de retomada do dispositivo em 1946 seja o da continuidade em obras infra-estruturais segundo programação coordenadora da Sudene. Assim sendo, duas considerações merecem ser destacadas para o Nordeste dentro da Constituinte. A primeira é que se valorizem os anteprojetos de lei que apóiam a região, que merecem análise e suporte, no novo período legislativo. Ou seja, que haja uma preocupação, apesar da renovação da Câmara e do Senado, de destacar-se e dar-se andamento, ao que foi apresentado de útil ao Nordeste. A segunda é que nordestinos e região precisam não de paternalismo, sim de um tratamento igualitário, após análise do que seja útil e urgente, análise que pode ser apoiada em dados da Fundação Getúlio Vargas e da Sudene tendo como base um percentual mais equânime se iniciando pelos orçamentos da União. Partindo daí, outros segmentos devem ser vistos e postos em prática, como a necessidade real de investimentos, que de fato a região precisa, digamos num universo de tempo dos próximos dez anos para tentar nivelar com o Nordeste, por exemplo.